

Crise se iniciou com Figueiredo

Dezembro de 1982 — Durante o governo Figueiredo, começa a crise da dívida externa brasileira. Quebrado, o Brasil interrompe o pagamento dos juros da dívida externa, sem confronto aberto com os credores, e inicia um longo processo de negociação de metas econômicas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os ministros Delfim Netto, do Planejamento, Ernâne Galveas, da Fazenda, e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, comandam as negociações.

Fevereiro de 1985 — Depois de idas e vindas de técnicos do FMI ao Brasil e autoridades econômicas brasileiras ao Exterior, o então presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, consegue finalmente um acordo de renegociação plurianual da dívida externa com os credores. A mudança de governo em março, porém, atrapalhou as negociações e o acordo nunca foi assinado pela Nova República.

Janeiro de 1987 — O presidente do Banco Central, FERNÃO BRANCHER, conclui um acordo formal com os credores governamentais (Clube de Paris), o primeiro na Nova República. O acordo inclui o refinanciamento de débitos vencidos em 1985 e 1986 e a prorrogação das linhas de curto prazo (importações e exportações).

Fevereiro de 1987 — O ministro da Fazenda, DILSON FUNARO, anuncia a moratória e o País suspende os pagamentos da dívida externa aos credores por tempo indeterminado. Funaro vai ao Exterior e informa aos credores que o Brasil só voltará a pagar os juros da dívida quando as reservas cambiais do País, que estavam abaixo de US\$ 3,5 bilhões, aumenta-

rem. O Brasil apresenta o plano de renegociação aos credores.

Abril de 1987 — Os bancos credores norte-americanos constituem provisões milionárias para cobertura de prejuízos com a moratória brasileira. Os bancos querem continuar na negociação, mas pressionam para que o Brasil realize um pagamento simbólico dos atrasos.

Setembro de 1987 — O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, que substituiu Funaro, reinicia as negociações com os credores e leva novo plano de metas econômicas ao FMI para redução do déficit público. Bresser muda o rumo das negociações e apresenta a proposta de securitização (troca do título do credor privado por papéis de prazo mais longo, emitidos pelo Banco Mundial) da dívida. A proposta foi rejeitada pelos credores.

Dezembro de 1987 — Termina a moratória. O então ministro interino da Fazenda, Mailson da Nóbrega que ficou no lugar de Bresser, anuncia um acordo provisório costurado com a colaboração do diretor para Assuntos da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, para pagamento dos juros atrasados de janeiro a setembro no valor de US\$ 3 bilhões. O Brasil retoma o modelo tradicional de renegociação da dívida, usado durante o governo Figueiredo.

Janeiro de 1988 — O Brasil aceita o acordo com os credores para refinanciamento da parte de juros devida de outubro a dezembro de 1987, no valor de US\$ 1,5 bilhão, e anuncia a volta do País ao FMI.

Fevereiro de 1988 — Mailson aceita outro acordo provisório, desta

vez com o FMI, que prevê um desembolso de US\$ 1,5 bilhão e tem prazo de 18 meses.

Julho de 1988 — O Brasil aceita um acordo de reescalonamento da dívida com o Clube de Paris no total de US\$ 4,9 bilhões.

Setembro de 1988 — Sai o acordo com os bancos privados de refinanciamento de uma dívida de US\$ 61 bilhões e a liberação de US\$ 5,2 bilhões em três parcelas (uma, imediata, de US\$ 4 bilhões e outras duas de US\$ 600 milhões, a última das quais não foi desembolsada pelos bancos porque não houve acerto com o FMI).

Junho de 1989 — O governo centraliza os pagamentos ao Exterior no Banco Central, para proteger as reservas cambiais que estavam em US\$ 5,6 bilhões. Missão do FMI vem ao País e volta aos EUA com desconfiança quanto aos números apresentados pelo governo brasileiro.

Julho de 1989 — Suspensos os pagamentos ao Clube de Paris e aos bancos privados, para proteção das reservas cambiais do País. Começa mais uma moratória não declarada do Brasil. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, nega a moratória não declarada e diz que vai pagar aos credores "quando as reservas cambiais permitirem".

Janeiro de 1990 — O presidente do Citicorp, John Reed, e o presidente do comitê assessor de bancos, William Rhodes, vêm ao Brasil e cobram juros atrasados de US\$ 3,5 milhões através de pagamento simbólico de US\$ 230 milhões. Mailson disse não. O presidente José Sarney decide deixar para seu sucessor a resolução do problema da dívida externa.